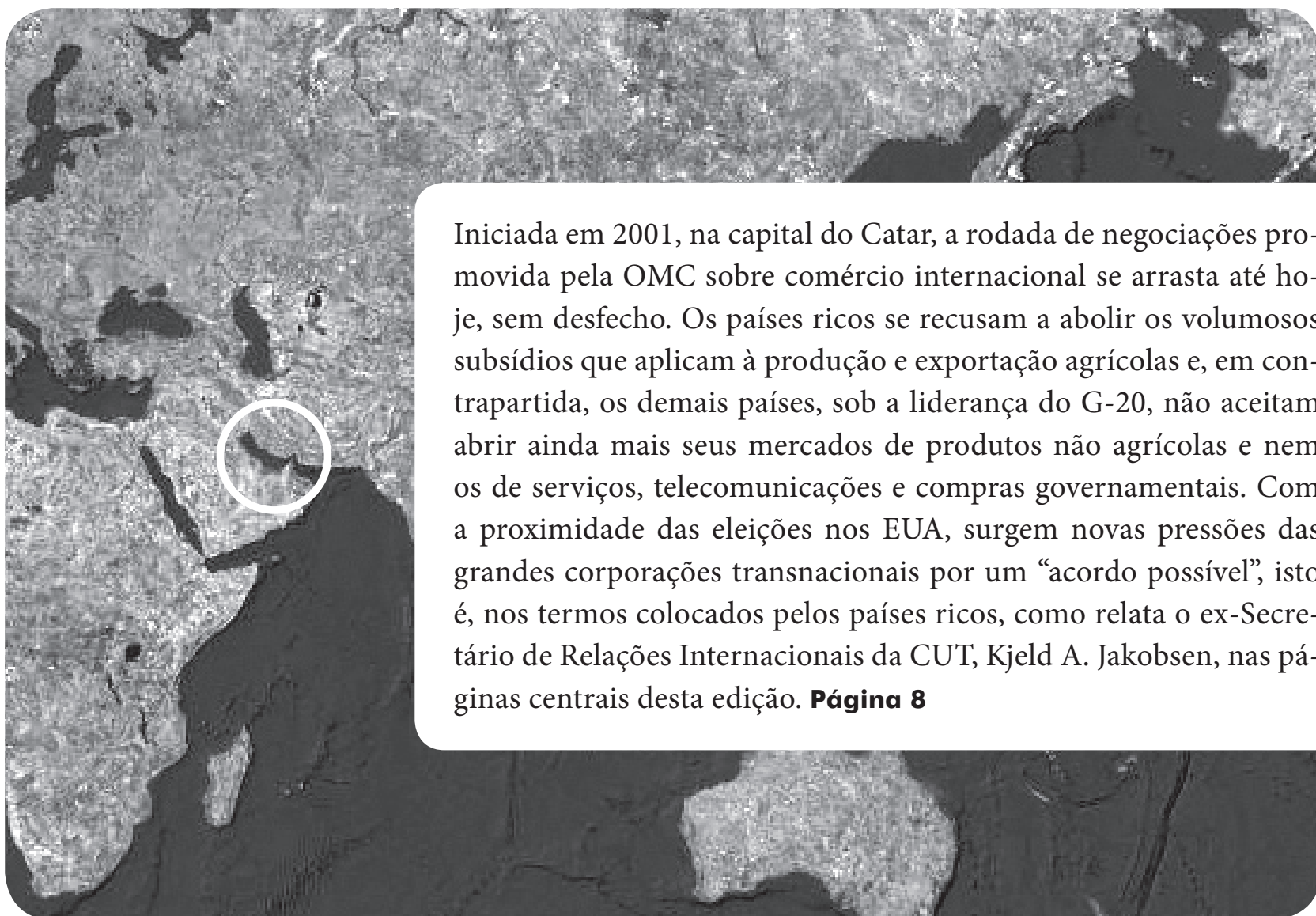


Radiografia da Rodada de Doha



Iniciada em 2001, na capital do Catar, a rodada de negociações promovida pela OMC sobre comércio internacional se arrasta até hoje, sem desfecho. Os países ricos se recusam a abolir os volumosos subsídios que aplicam à produção e exportação agrícolas e, em contrapartida, os demais países, sob a liderança do G-20, não aceitam abrir ainda mais seus mercados de produtos não agrícolas e nem os de serviços, telecomunicações e compras governamentais. Com a proximidade das eleições nos EUA, surgem novas pressões das grandes corporações transnacionais por um “acordo possível”, isto é, nos termos colocados pelos países ricos, como relata o ex-Secretário de Relações Internacionais da CUT, Kjeld A. Jakobsen, nas páginas centrais desta edição. **Página 8**

**Banco do Sul:
acertando o passo.**
Página 5



**Brasil "administrando"
estado de pobreza.**
Página 3

Três temas da atualidade

■ Nesta edição abordamos três temas que bem retratam a realidade atual. O primeiro deles diz respeito à pobreza, retomando abordagens de Milton Santos, este intelectual de idéias e concepções ainda tão pouco conhecidas e debatidas entre nós, seus conterrâneos. Uma delas é a desenvolvida pela economista Luciana Badin em seu artigo, à página 3, para tratar das políticas sociais em curso que mais cuidam de uma “administração” da pobreza do que do seu combate radical desde suas origens.

Um segundo tema é o que diz respeito aos esforços dos países da América do Sul para a constituição de uma instituição financeira regional, o Banco do Sul, analisados pela também economista Ruth Espínola Soriano de Mello, em artigo publicado na página 5. A nova instituição faz avançar o processo de unificação e integração do continente, também em suas bases financeiras, de modo a dar sustentação ao desenvolvimento econômico e social sul-americano.

Por fim, o terceiro tema contém interfaces com estes dois primeiros. Trata-se de um amplo e minucioso balanço das negociações iniciadas em 2001, a chamada Rodada de Doha, onde, talvez, pela primeira vez, as exigências e parâmetros estabelecidos pelos países ricos estão sendo questionados e contrapostos por novas articulações dos países em desenvolvimento, deslocando de alguma forma a geopolítica do comércio mundial. A radiografia de Doha foi possível a partir de um minucioso e extenso relatório elaborado pelo ex-Secretário de Relações Internacionais da CUT, Kjeld A. Jakobsen, cujo resumo ocupa as páginas centrais desta edição.

São temas que tornam mais compreensíveis realidades contemporâneas. Boa leitura. 

SUMÁRIO

3

Luciana Badin

Brasil "administra" estado de pobreza

6

Ruth Espínola Soriano de Mello

Banco do Sul**Descompassos iniciais para acertar o passo**

8

Especial

Kjeld A. Jakobsen

O divisor de águas na rodada de Doha

Um balanço de quase sete anos

13

Wagner Gomes

Movimentos sociais**Quem financia e fiscaliza as Centrais Sindicais?**

14

Fórum Popular de Orçamento

O descaso e as metas das LDO's para 2009

16

Corecon-Rj move ação contra concurso da ANP**Prêmio Opinião profissional****Cursos Corecon-RJ**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br


JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espínola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espínola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Hen-

rique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Brasil “administra” estado de pobreza

As pesquisas divulgadas em fins do ano passado pelo IBGE e pela FGV acerca da diminuição da pobreza mostram que chegamos, tal como a denominou Milton Santos, à fase da pobreza planejada. Não resta dúvida que é uma boa notícia ver esse índice, que tanto nos envergonha, decrescer. Porém, nenhuma das pesquisas faz uma análise crítica profunda sobre os limites dessa diminuição, frente aos problemas estruturais que reproduzem o estado de pobreza.

■ Luciana Badin*

Isso fica explícito quando entra em questão a análise do índice de Gini, ferramenta utilizada para medir o quanto é concentrada a renda numa sociedade. Segundo a pesquisa, este ín-

dice vinha baixando desde 1997, mas diminui o seu ritmo a partir de 2006, quando cai de 0,543 para 0,540 (quanto mais próximo do zero melhor é a distribuição de renda). A explicação para essa baixa está no fato que subiram os ganhos dos mais pobres e também dos mais ricos, sendo que um pouco mais os dos primeiros.

No caso das regiões Norte e Nordeste a desigualdade avançou, apesar dos programas de transferência de renda. De fato, ainda que a pobreza tenha recuado graças ao programa Bolsa Família, à elevação do salário mínimo e ao aumento do emprego formal, questões estruturais que reproduzem a pobreza permanecem sem um enfrentamento devido. As comemorações em torno desse pequeno recuo explicitam uma nova forma de encarar a pobreza: essa passa a ser um quadro que se torna aceitável, contanto que fique dentro de um determinado patamar.

Planejando a pobreza

Tomando como base um dos textos clássicos desse grande geógrafo que foi Milton Santos, podemos dizer que chegamos a uma fase na qual pequenas melhorias no nível de renda e consumo são sentidas, mas problemas estruturais, tais como baixa escolaridade, estão na origem da permanência da pobreza. Nesse memorável artigo, intitulado “Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza”, de 1978, Santos, a partir de uma crítica implacável sobre a utilização de uma ferramenta metodológica, o planejamento, demonstra como o nosso estado de pobreza não é fruto da nossa incapacidade de nos anteciparmos ao futuro, da nossa inabilidade em utilizar um instrumental teórico e conceitual capaz de neutralizar um desvio para o imediatismo.

Pelo contrário, diz Milton Santos, o planejamento, em sua vertente tecnocrática, esteve não apenas



a serviço, mas foi um conceito-chave criado pelo sistema para impor em toda parte a penetração e internacionalização do capital: “O planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais”. Isso porque, segundo ele, “O planejamento (...) constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas”.

É interessante seguir os argumentos que dão seqüência à sua análise, pois, alguns mitos que gravitam em torno da ideologia do planejamento são desmascarados. Como todos os mitos, são idéias que se afirmam em si e que se apresentam como se estivessem acima de qualquer avaliação ou questionamento. Com esse status, passam a ser repetidas de maneira acrítica, como se fossem verdades incontestas. Dentre esses mitos, Santos destaca a tal da fé cega em taxas de crescimento, que se tornou “critério por excelência e a medida máxima do progresso”. Na verdade, diz o geógrafo, números, índices e equações são utilizados para provar que a distância que separa países ricos dos países pobres pode ser revertida caso imitemos os primeiros em sua forma de pro-

duzir, consumir, pensar e viver.

Até aqui Milton Santos colocou de uma outra forma o que Celso Furtado, outro mestre, descreveu muito bem, introduzindo a idéia de mimetismo. Os dois foram agudos ao mostrar o papel da importação dos modelos de consumo e da dominação cultural na penetração do capital, e a desnudar o fato de que a pobreza não é um fenômeno quantitativo, mas qualitativo, e, portanto, intrínseco ao sistema. Logo, o mais vem acompanhado do mesmo. Cresce o PIB, melhoras são sentidas, aumenta um pouco o consumo das classes pobres, mas cresce também a pobreza e demais dejetos do sistema.

Integrando a quem?

O segundo conceito-mito chama-se integração. Defendida como o caminho para se vencer a barreira do mercado limitado dos países subdesenvolvidos, a integração regional acaba sendo desenhada para atender o interesse das empresas transnacionais, em busca de um mercado unificado para circular livremente suas mercadorias e maximizar seus lucros. Nada contra a internacionalização de




empresas e a realização de lucros. Portanto que isso seja claro, regulado e não escamoteado por um conceito que se apresenta como a solução para trazer prosperidade para todo o continente.

Milton Santos, já em 1978, avisava: “quando as estatísticas mostram a expansão do comércio inter-regional elas de fato dizem respeito ao comércio entre firmas transnacionais para as quais vão os lucros das transações”. Então, de que integração se está falando e planejando? Economias locais/regionais podem, pelo contrário, se desintegrar com a abertura para empresas estrangeiras, o que torna ainda mais difícil o objetivo de incluir a massa dos que vivem à margem, ou seja, os sem nada (educação, saúde, habitação, trabalho, renda etc.).

Mas uma das grandes contribuições de Milton nesse texto foi evidenciar o desdobramento do modelo e antecipar algo que assistimos: a administração da pobreza, onde é preciso oferecer aos pobres, mais do que promessas de prosperidade. É o momento em que é preciso “dar aos pobres a impressão, e não apenas a esperança, de que estão emergindo da pobreza”. Em outras palavras, é preciso que haja um aumento em termos absolutos da renda e do consumo

da população empobrecida. Mas esse aumento não aponta para a eliminação da pobreza, pois não está em questão reduzir as taxas de acumulação. Essa fase “conduzirá a uma nova forma de pobreza, a pobreza planejada”.

Como bem aponta Milton Santos no final do texto, não se trata de fazer uma profissão de fé antiplanejamento ou desconsiderar os pequenos avanços e as políticas que os permitiram. Porém, também não é aceitável deixarmos de lado uma leitura crítica sobre tais resultados. As considerações de Santos são bem vindas, em um tempo em que continuamos repetindo mantras vindos de fora e considerando todo e qualquer investimento ou projeto de integração um bem em si mesmo.

Sempre é bom lembrar que “planejamento” não é um instrumento tecnicamente neutro e a sua validade deve estar atrelada ao seu uso, como uma ferramenta a serviço da sociedade como um todo e não para servir aos interesses de grupos determinado. É sempre bom lembrar ainda que o combate não deve ser apenas à pobreza, mas ao que a gera e a perpetua. Caso contrário, a sua naturalização e a sua administração serão coroadas. 

* Economista do Ibase



Banco do Sul

Descompassos iniciais para acertar o passo

Após sucessivos adiamentos ao longo de 2007, o Banco do Sul foi formalmente criado, em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2007, quando Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela assinaram a sua carta de fundação¹. Naquele momento, foi estabelecido prazo de 60 dias para que os países membros da nova instituição financeira latino-americana definissem seus estatutos (objetivos, funcionamento, estrutura, entre outros). No entanto, apenas recentemente, em uma reunião de ministros de economia dos países membros, em Montevideu, no último dia 25 de abril, é que o tema foi restabelecido².

■ Ruth Espínola Soriano de Mello*

Pode-se afirmar que algumas divergências importantes entre os países envolvidos no processo de criação do Banco constituem fatores centrais, no sentido de justificarem tais adiamentos e atrasos. O momento inicial dos debates em torno da nova arquitetura financeira regional pode ser apontado como uma das razões. Isto porque a idéia surgiu em nível bilateral, por meio

de reuniões entre os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Argentina, Néstor Kirchner, realizadas em 2006.

O fato de o Brasil não ter sido “convitado” causou alguma inquietação em setores das autoridades do país. Posteriormente, o Brasil concordou em fazer parte do projeto, sob a condição de que o mesmo fosse guiado apenas por diretrizes técnicas. Mesmo assim, a oportunidade para os opositores do então chamado “Projeto Bolivariano” estava dada, e estes apresentaram críticas quanto à intenção política de tal iniciativa.

A não liderança do Brasil na articulação preliminar em torno da concepção do organismo financeiro multilateral, apesar de sua importância econômica e política na região foi posteriormente adicionada a outras questões que foram usadas como escusas para que a proposta não fosse considerada. Neste sentido, tem-se que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é, há algum tempo, a mais forte entidade na América Latina quanto a seus recursos financeiros – em torno de US\$ 25 bilhões ao ano³, superior até mesmo em relação aos recursos geridos pelas Instituições Financeiras Multilaterais Internacionais –, os quais também são aplicados no exterior, apesar da limitação legal brasileira quanto a projetos desta natureza⁴.

Não obstante, não apenas a dinâmica do processo de criação do Banco do Sul pode ser apontada para explicar os descompassos supracitados. De fato, os focos centrais de conflitos em potencial certamente se relacionam com o



perfil que terá o banco, sua composição de capital e seu sistema de tomada de decisão.

Propostas de perfil

Vale ressaltar que, neste cenário, o Equador tem apresentado um comportamento mais progressista dentre os posicionamentos conhecidos dos demais países membros. Para este país, a entidade deveria ter função de banco central regional “articulando novas prioridades, cujos eixos centrais sejam as necessidades básicas e uma estratégia soberana de desenvolvimento, como a soberania alimentar e energética, com programação industrial da produção de medicamentos genéricos, microcrédito e outras formas de apoio à economia popular, pesquisa e desenvolvimento da produtividade local e expansão dos mercados internos etc.” (Paez, 2007), como também deveria assumir funções para além do fomento, criando bases para um sistema de troca com moeda local na região; passando a ser assim, junto com o Fundo do Sul, “instrumentos financeiros e monetários para a União das Nações Sul-Americanas – UNASUL” (idem).

Já o então representante brasileiro na comissão técnica do Banco do Sul, Luiz Eduardo Melin de Carvalho, afirmou que o perfil da entidade seria a de “desenvolvimento clássico, que privilegie operações de financiamento de projetos de infra-estrutura da região, preferencialmente aqueles que facilitem a integração física e econômica entre os países membros; que possa dar apoio a operações de exportação dos países membros para terceiros mercados, exportações extra-regionais que necessitem de suporte financeiro para serem estruturadas; projetos de integração produtiva, ou seja, empreendimentos em conjunto com os países, compartilhan-

do capitais, tecnologias, mão-de-obra” (Carvalho, 2007).

Mais recentemente, uma importante autoridade do governo brasileiro afirmou que a estrutura de capital deverá ter o aporte proporcional ao tamanho das economias, mas que seu poder de decisão na gestão do Banco será proporcional ao risco financeiro incorrido por cada país, acrescentando ainda que a instituição deverá atuar de modo complementar em relação às agências financeiras já existentes na região, como a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, mas não de forma competitiva a elas (Mello, 2008).

Não obstante, até o presente momento, segundo os termos consensuais da carta de fundação da instituição, a nova arquitetura financeira da região deverá ser a de um banco de desenvolvimento, designado tanto para financiar setores estratégicos na economia regional, desenvolvimento científico e tecnológico, como também projetos que busquem reduzir a pobreza. Sua sede será em Caracas e haverá escritórios em Buenos Aires e La Paz.

Desembolso e decisão

O montante que cada país membro deverá desembolsar tem sido controverso. Há quem argumente que Brasil, Argentina e Venezuela devem investir mais do que os países menos desenvolvidos; e há os que entendem que deve haver igualdade dos recursos a serem desembolsados. Entretanto, na recente reunião de Montevideu, foi definido que os três maio-

res países membros deverão alocar US\$ 2 bilhões cada. Uruguai e Equador devem contribuir, cada um, com US\$ 400 milhões, enquanto Paraguai e Bolívia US\$ 100 milhões, cada.

Assim, o Banco do Sul poderia iniciar suas atividades com US\$ 7 bilhões de capital integralizado e o equivalente a US\$ 20 bilhões de capital autorizado, o qual seria obtido a partir de sucessivas subscrições por parte dos países membros do Banco, ao longo de cinco anos, para o caso do Brasil, Argentina e Venezuela, e de 10 anos para os demais.

Contexto de concepção

A nova instituição terá 10% de seu capital integrado por moeda local e o restante em moeda estrangeira. Cabe ressaltar, porém, que estas são propostas que ainda precisam ser consultadas junto às autoridades argentinas que não se encontravam presentes nesta reunião decisória.

Uma outra questão controversa está relacionada ao processo de decisão dos projetos a serem apoiados, que não esteve na pauta dos debates da última reunião, em Montevideu. O sistema “um país, um voto” tem sido recomendado para uma instituição financeira regional, que busca reduzir as assimetrias econômicas. Entretanto, a proposta de “um dólar, um voto” em que o montante desembolsado por cada país determinaria o peso de seu voto nas decisões do banco, também está na mesa de negociações.

Deve ser salientado que não é por acaso que a proposta do banco sulino surge no momento em que

uma reforma na arquitetura financeira global vem sendo demandada por diferentes setores. Ao longo dos últimos 25 anos do século passado, a região Latino-Americana viveu um longo tempo de crescimento prejudicado, tendo implementado, simultaneamente, políticas econômicas “receitadas” pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird), quando da liberação condicionada de seus empréstimos. Mais recentemente, importantes processos eleitorais na região elegeram governos com mandatos de rejeição a tais políticas.

Neste contexto, tem mudado a relação entre os países da região e as instituições financeiras internacionais, não apenas FMI e Bird, como também com o Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata (FONPLATA). Alguns países adiantaram o pagamento de suas dívidas com tais instituições. Primeiro a Argentina e o Brasil, seguidos posteriormente pelo Uruguai e o Equador.

Este cenário só foi possível devido ao crescimento econômico registrado pelos países da região, impulsionado pelo aumento dos preços de suas commodities e pelo aumento do consumo das famílias proporcionado pela maior disponibilidade de crédito. Adicionalmente, vale também recordar que, em 2007, a Bolívia se retirou oficialmente do Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI), organismo do Banco Mundial.

Desafios a se defrontar

Ninguém discorda da importância desta iniciativa que busca impulsionar o desenvolvimento da América Latina, já que seu escopo ultrapassa o alcance de um



simples banco de fomento regional, podendo desempenhar funções estratégicas, tais como defender as economias da região de ataques especulativos ou de crises financeiras internacionais; servir como caixa de compensação, agilizando o comércio entre os países membros⁵; aumentar a competição do mercado de empréstimo voltado ao desenvolvimento; contrabalançar a influência dos EUA no continente; e principalmente o banco poder vir a ser um meio para que os países da região projetem seu próprio crescimento econômico.

A fundação e consolidação desta instituição dependem das negociações em curso, as quais, infelizmen-



te, até o momento carecem de transparência, já que têm se restringido às autoridades executivas nacionais, estando longe dos Paramentos, da sociedade civil e dos movimentos sociais. Estes últimos podem também dispor dos espaços já institucionalizados de participação e controle social para tal empreitada.

Depende principalmente do que os países membros vierem a considerar como projetos estratégicos para a região, termo que ainda parece um tanto vago diante da diversidade de oportunidades que se pode vislumbrar.

Está previsto ainda, em 2008, ano em que o Banco supostamente

já estará operando, que finalmente os poderes legislativos⁶ dos países membros adquiram um papel relevante a desempenhar, no sentido de aprovar a criação do Banco do Sul. Momento oportuno para os cidadãos e cidadãs reforçarem a pressão sobre seus governos pela adoção de posições democráticas, aprovação de projetos que busquem equidade e diminuição das assimetrias regionais atreladas aos processos de integração regional, e que visem um modelo de desenvolvimento novo e realmente autônomo para a região e as nações envolvidas.

* Economistas do Instituto Equit, membro da Rede pela Integração dos Povos (Rebrip) e conselheira do Corecon-RJ.

1 Os governos do Chile e da Colômbia têm acompanhado o processo de criação do Banco e devem forjar suas adesões oportunamente.

2 O ministro da fazenda da Argentina renunciara no dia anterior à reunião e este país não foi representado de última hora.

3 Valores de 2005 cuja taxa de câmbio do Real em relação ao dólar era de R\$ 2,42.

4 Segunda legislação brasileira, o BNDES não pode financiar projetos de empresas estrangeiras que não envolvam compras de produtos nacionais.

5 Ao algo semelhante como o mecanismo instaurado em 2007 entre a Argentina e o Brasil que têm buscado usar suas moedas nacionais para as transações comerciais entre si.

6 No Brasil, será o Senado Federal que deverá se posicionar.



**UNIVERSIDADE
CANDIDO MENDES**

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Programa de Pós-graduação em Economia e Gestão Empresarial

MESTRADO EM

ECONOMIA EMPRESARIAL

Recomendado pela CAPES / MEC

16
anos de
sucesso

Áreas de Concentração:

- Finanças e Investimento das Empresas
- Estratégia Empresarial
- Gerenciamento de Projetos
- Planejamento e Controle Gerencial
- Regulação e Competitividade

TARDE, NOITE E FINAIS DE SEMANA

TARDE: "Bolsa" de 20% nas mensalidades

15% para associados do CORECON/RJ

Inscrições:
entre 02 e 20 de junho de 2008

Seleção (entrevista):
entre 09 e 27 de junho

Matriculas:
até 07 de julho

Início das aulas:
25 de julho

Rua da Assembléia, 10, sala 709 - Centro - Rio de Janeiro

Tel/Fax: (21) 2252-5612/2232-8451 e 2531-2000 r. 294 (das 14 às 20hs.)

mestradoec@candidomendes.edu.br • www.candidomendes.edu.br/mee

Referências bibliográficas

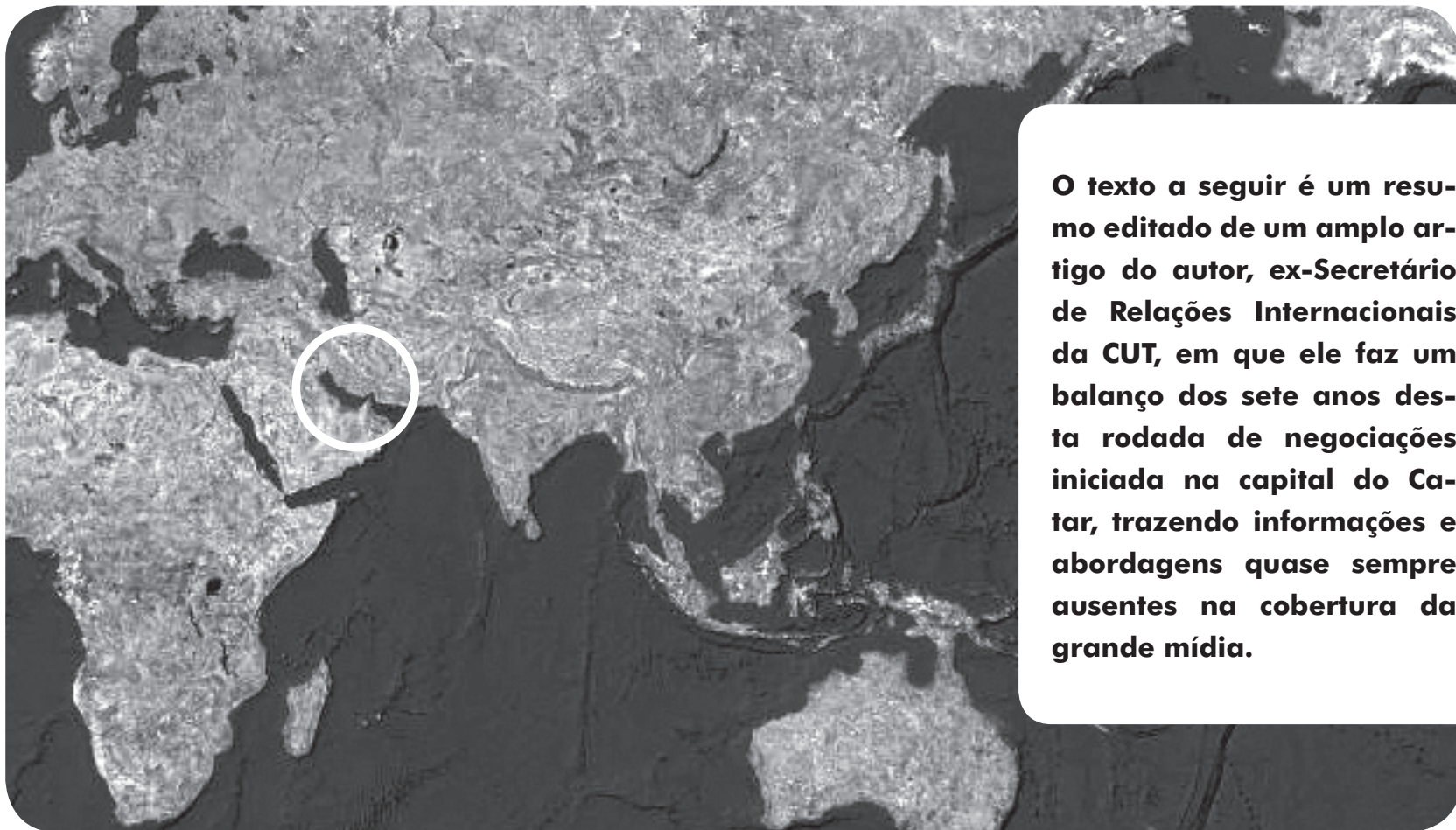
MELLO, Ruth E. Soriano de. Notas da autora e do economista Marcos Arruda sobre exposição de representante do governo brasileiro à Comissão de Política Econômica do Corecon-RJ, realizada em 16/05/2008.

CARVALHO, Luiz Eduardo Melin de. Transcrição de audiência pública realizada na Comissão de Finanças e Tributação no Congresso Nacional em 06/12/2007. Luiz Eduardo ocupava o cargo de Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e era o representante do Brasil nas reuniões técnicas do Banco do Sul.

PAEZ, Pedro. "Por um banco de um novo tipo". Entrevista concedida ao Jornal dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, novembro de 2007, pg. 11-13. Pedro Paez é presidente da comissão técnica presidencial do Equador para a Nova Arquitetura Financeira Regional.

O divisor de águas

Um balanço de quase sete anos



O texto a seguir é um resumo editado de um amplo artigo do autor, ex-Secretário de Relações Internacionais da CUT, em que ele faz um balanço dos sete anos desta rodada de negociações iniciada na capital do Catar, trazendo informações e abordagens quase sempre ausentes na cobertura da grande mídia.

■ Kjeld A. Jakobsen*

A Rodada Doha é a nona rodada de negociações comerciais internacionais, se considerarmos as que foram realizadas desde 1947, no âmbito do antigo GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas), e a primeira sob os auspícios da OMC (Organização Mundial do Comércio), o organismo multilateral que o sucedeu a partir de 1995.

A rodada foi inaugurada na IV Conferência Ministerial da OMC realizada na cidade de Doha, no Emirado de Catar, em novembro de 2001. Embora não houvesse consenso entre seus membros sobre a conveniência de iniciar

uma nova rodada, ela foi aprovada, principalmente, em função da insistência e pressão política dos países industrializados representados pelos EUA, Canadá, Japão e União Européia, grupo conhecido como o “Quadrilátero”. Estes estavam, particularmente, interessados em aprofundar os acordos de liberalização de tarifas industriais, serviços, investimentos e compras governamentais.

Os governos destes países receberam o apoio do Brasil, Argentina, Austrália e outros países interessados em negociar um novo acordo no âmbito do comércio de bens agrícolas, uma vez que o resultado alcançado na Rodada Uruguai do GATT, quando o tema foi

negociado pela primeira vez, praticamente não alterou o protecionismo dos países desenvolvidos em relação à agricultura.

O Conselho Geral da OMC foi encarregado de organizar os grupos de trabalho dos técnicos da sede da entidade em Genebra, sob coordenação do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), para iniciar as negociações sobre 19 temas agrupados em seis áreas de atuação. Entre os temas destacavam-se agricultura, serviços, acesso a mercados não-agrícolas (NAMA, na sigla em inglês), os chamados “Temas de Cingapura” (investimentos, políticas de concorrência, compras governamentais e facilitação de comércio),

na Rodada Doha

avaliação sobre implementação dos acordos TRIPS (propriedade intelectual) e TRIMS (investimentos), criação de grupos de trabalho sobre transferência de tecnologia, dívida e finanças e alguns temas novos como o comércio eletrônico.

Além do início da nova rodada, também denominada de “Rodada do Desenvolvimento” e prevista para concluir em 1º de fevereiro de 2005, a Conferência aprovou uma medida de flexibilidade importante no acordo TRIPS, que foi a possibilidade da quebra de patentes para a fabricação de remédios genéricos para enfrentar enfermidades como Aids e malária.

Longa jornada de desacordos

Mesmo com este ganho importante na conferência, iniciar a Rodada de Doha foi um grande equívoco, pois não foi resolvida uma série de pendências da conclusão da Rodada Uruguai do GATT, as economias dos países em desenvolvimento não haviam se recuperado ainda dos efeitos da abertura econômica dos anos 1990 e a agenda comercial, mais uma vez, foi determinada pelos interesses dos países industrializados.

A V Conferência Ministerial realizou-se em setembro de 2003 em Cancun, no México, de acordo com o cronograma previsto. No entanto, ela não chegou a qualquer conclusão devido à resistência dos países industrializados em fazerem concessões no tema agricultura e devido à oposição da maioria dos países em desenvolvimento em discutir os “Temas de Cingapura”, argumen-

tando que muitos itens aprovados nas conferências anteriores não tinham ainda sido implementados e que não fazia sentido negociar novos temas antes que isto ocorresse.

Nesta Conferência inaugurou-se também a atuação de uma nova coalizão de países, coordenada pelo Brasil, Índia, Argentina e África do Sul e denominada G-20, devido ao número de membros. O foco deste grupo é a negociação de bens agrícolas. Embora não fosse a primeira iniciativa de conformar grupos de interesse entre países membros da OMC, foi a primeira vez que se articulou um grupo de países em desenvolvimento cuja maioria é de grande porte, como os quatro coordenadores, além da China, Paquistão, Indonésia, Nigéria, entre outros.

O fracasso da Conferência de Cancun e a criação do G-20 provocaram uma reunião em meados de 2004, entre os membros do “Quadrilátero”, mais Brasil e Índia, representando o G-20, e a Austrália, representando o “Grupo de Cairns”, outra articulação de interesse sobre comércio agrícola, mais antiga, do qual Brasil e outros do G-20 também fazem parte. Nesta reunião nasceu uma proposta que o Conselho Geral da OMC ratificou em agosto de 2004, reduzindo a agenda das negociações a cinco temas: NAMA, agricultura, serviços, implementação do acordo TRIPS e facilitação de comércio.

Na prática isto significou reduzir a negociação substantiva aos dois primeiros temas, pois a decisão sobre a liberalização do comércio de serviços por meio do GATT já fora tomada antes e o que faltava definir eram os setores de serviços que cada país poderia colocar na mesa para negociar. A implementação diz respeito a alguns aspectos do acordo TRIPS, que ainda não estão definidos, e a facilitação de comércio se relaciona a procedimentos aduaneiros e outras medidas que agilizem exportações e importações.

Embora a redução da agenda fosse uma vitória importante do G-20, porque foi a primeira vez que os países em desenvolvimento conseguiram bloquear a hegemonia dos países industrializados sobre as negociações comerciais internacionais, a combinação da negociação de NAMA, de inte-

resse dos países industrializados, e de agricultura, de maior interesse dos países em desenvolvimento, foi um novo equívoco e criou uma armadilha para os países em desenvolvimento que são possuidores de algum nível de industrialização como a Argentina, África do Sul, Brasil, entre outros.

Isto porque não é possível comparar e equiparar os ganhos da liberalização de dois produtos tão distintos. A “Teoria das Vantagens Comparativas” prega que um país ganha quando há a liberalização comercial de um bem em cuja produção ele é mais competitivo, mesmo que seja em troca da liberalização de outro produto onde sua competitividade é menor, favorecendo um outro país. Como os dois são especializados nos seus respectivos produtos, o comércio de ambos tende a crescer e os dois, em tese, ganham.

O que está em jogo nas negociações

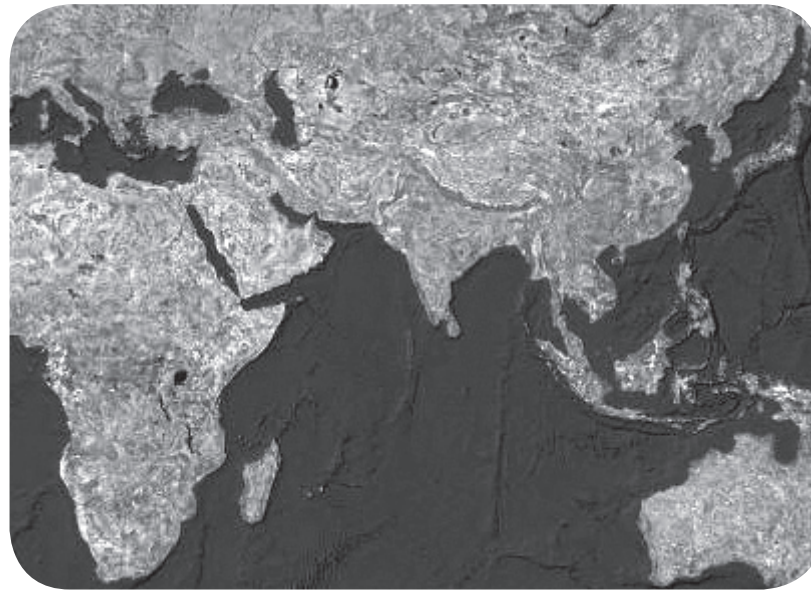
No entanto, quando um destes produtos é industrial e o outro é agrícola, é muito arriscado aceitar a competição entre bens industriais produzidos nacionalmente e os importados, simplesmente em troca de aumentar a exportação de bens agrícolas. Isto porque as perdas e ganhos na indústria são claros e decorrentes da tarifa externa, das regras de exceção que a negociação comercial definir e da gestão da produção, enquanto os ganhos na agricultura, mesmo liberalizada são incertos e dependentes de muitos outros fatores como o clima, ocorrência ou não de pragas, preços internacionais,



armazenagem, procura e oferta, entre outros.

Além disso, se for ampliado o acesso aos mercados agrícolas dos países desenvolvidos isto pressupõe a ampliação da produção agrícola nos países em desenvolvimento, trazendo ganhos para os produtores num primeiro momento, mas esta ampliação da oferta fará os preços caírem num segundo momento, sem que os produtores tenham controle sobre eles. Isto não deve ser tomado como um fator de desestímulo para a busca do acesso de mercados, mas demonstra a complexidade da relação entre custo da importação de bens industriais em troca da exportação de *commodities*, aliás, uma questão histórica na relação econômica e política entre os países da periferia com os países centrais.

O professor Jagdish Bhagwati, liberal e ardoroso defensor do livre comércio, ensina que nas negociações comerciais de agenda alargada como nos dias atuais, não convém misturar os temas a serem negociados, pois neste caso alguém perderá e, obviamente, será aquele que depender do bem de menor governabilidade quanto a volumes de produção e preços. Portanto, trocar ganhos em NAMA para os países industrializados por ganhos em agricultura pa-



ra os países em desenvolvimento, mesmo que tragam uma vantagem no curto prazo, tenderão logo em seguida a produzir perdas irreversíveis na indústria.

Estas perdas se referem à possibilidade de desenvolvimento e à geração de empregos. Mais de 60% dos empregos nos países em desenvolvimento se encontram na indústria e eventuais ganhos na agricultura, não gerariam empregos em número suficiente para compensar aqueles que vierem a ser perdidos no setor industrial e, tampouco, seriam empregos com a mesma qualidade e remuneração.

Subsídios agrícolas: US\$ 1 bi por dia

O governo brasileiro e outros argumentam, com razão, que além de reduzir as barreiras tarifárias

de bens agrícolas dos países desenvolvidos é necessário modificar a disciplina que atualmente rege sua produção, como o uso de subsídios aos seus produtores rurais para assegurar preços e níveis de produção para exportação. Estes subsídios representam aproximadamente US\$ 1 bilhão, por dia, e geram uma competição desleal com os países produtores de bens agrícolas, que não se utilizam deste mecanismo para ganhar espaço no mercado mundial.

Ora, se a proibição de subsídios à produção industrial, bem como de outros mecanismos de *dumping* comercial é parte dos princípios do GATT, OMC e acordos comerciais em geral, aceito por todos desde o início, porque este mesmo princípio não se aplica diretamente à produção de bens agrícolas ao invés de compor a agenda de negociações? A resposta é simples. A liberalização comercial não é tão liberal assim, pois adotar este princípio na indústria era benéfico para os países desenvolvidos competirem entre si, em pé de igualdade, mas não o é quando se trata de competir com países que têm maiores vantagens competitivas que eles na agricultura.

Portanto, a ocorrência de um *trade off* entre um acordo em NAMA e um acordo em agricultura será essencialmente política para prestigiar o sistema multilateral

de comércio ao invés de um acordo comercial com bons resultados para todos.

Entre a reunião do Conselho Geral da OMC de agosto de 2004 e a VI Conferência Ministerial em Hong-Kong, na China, em dezembro de 2005, as discussões se deram em torno de fórmulas para reduzir tarifas em NAMA, reduzir tarifas e subsídios em agricultura e listas positivas de novos serviços a serem oferecidos para liberalização.

A pressão dos países industrializados por uma forte redução das tarifas de bens não agrícolas (NAMA) foi muito intensa, pois suas tarifas externas são em média muito mais baixas do que a dos países em desenvolvimento (3% contra 14%, em média ponderada). Sua ambição é reduzir a diferença entre estes dois valores para algo em torno de 4% porque, principalmente, as empresas multinacionais com sede nos EUA, Japão e União Européia querem ampliar ainda mais suas exportações para os países em desenvolvimento de mercados maiores.

Antes da conferência ministerial de Hong-Kong, países como os EUA simplesmente chegaram a propor a redução de todas as tarifas de bens industriais a 8%, em média, até 2010, e a zero até 2015. Porém, durante as discussões surgiu a proposta de uma outra fórmula menos radical, embora também ruim para os países em desenvolvimento, que foi a chamada "Fórmula Suíça", que provocaria reduções ou cortes maiores nas tarifas mais altas. Esta fórmula se contrapôs à preferência dos países em desenvolvimento por cortes lineares ou médios que



preservassem algum espaço entre as tarifas aplicadas e as consolidações. A Fórmula Suíça provoca menor impacto sobre as tarifas quando seu coeficiente é alto, pois neste caso os cortes são mais baixos, mas ocorre o contrário quando os coeficientes são baixos.

A conferência de Hong-Kong não chegou a nenhum acordo específico sobre novos valores para tarifas e subsídios e o texto resultante apenas definiu parâmetros para as negociações, principalmente, em NAMA (com adoção da Fórmula Suíça) e agricultura.

Situação atual das negociações

Até o início de 2008, tudo indicava que a Rodada Doha não chegaria a uma conclusão, com resultados concretos. Em particular, o equilíbrio reivindicado pelo governo brasileiro e pelo G-20, de redução de tarifas em NAMA em nível superior ao proposto pelos países desenvolvidos; redução de subsídios agrícolas domésticos dos EUA ao nível aproximado de US\$ 10 bilhões por ano; eliminação dos subsídios europeus à exportação; e redução tarifária dos produtos agrícolas em nível proporcional às reduções que viessem a ser definidas em NAMA.

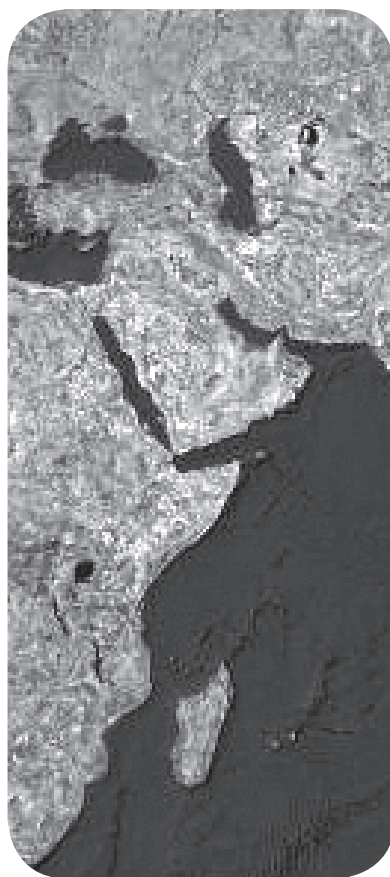
Esta expectativa até o momento não foi atendida. O texto sobre agricultura continua limitado e vago e o de NAMA apresentou propostas de reduções tarifárias muito superiores às tradicionalmente admitidas pelo governo brasileiro e pelo grupo de países de industrialização relativa, que fazem parte do G-20 (conhecido com NAMA-11), que já as rejeitou duas vezes.

A facilitação de comércio continua se chocando com a pretensão dos países desenvolvidos de manter suas barreiras não tarifá-

rias, como o sistema anti-dumping americano e o aspecto implementação do TRIPS, no tocante às patentes de biodiversidade, também não chegou a um acordo. O governo brasileiro reivindicou discutir o assunto e no, caso da biodiversidade e conhecimentos tradicionais, que os responsáveis pelo seu patenteamento deveriam comprovar sua origem, bem como que haveria compartilhamento dos benefícios com os moradores dos locais de origem.

Está se criando um clima por parte de alguns governos, com apoio da imprensa internacional e especializada, de que as negociações nos grupos estão chegando ao seu final e que é o momento de iniciar o “processo horizontal”. Este processo, normalmente ocorre quando é o momento do acordo geral ser amarrado pelos ministros, que tentarão compor os números finais de todos os grupos de negociação.

O argumento favorável à rea-



lização do processo horizontal se deve à apresentação da nova fórmula de flexibilidades em NAMA, que gerou a impressão de destravamento das negociações, e a possibilidade de entendimentos em agricultura, como o teto para subsídios domésticos e a adoção de quotas com tarifas menores para certos produtos.

Várias entidades empresariais norte-americanas, como a poderosa “Coalition of Services Industry” (CSI), têm se dirigido a Genebra para fazer *lobby* junto aos países em desenvolvimento como Brasil, Índia, China e outros, em favor de mais ofertas na área de serviços como correios, entregas, bancos e telecomunicações. Seus representantes têm ameaçado que farão pressão junto ao Congresso dos EUA contra a aprovação do acordo, se não houver maiores concessões destes países.

Além dos supostos “avanços” que estariam sendo alcançados, argumenta-se também que é o momento derradeiro para se chegar a um acordo que possa ser absorvido pelo governo norte-americano ainda durante o mandato de Bush, pois a nova administração presidencial do país, seja qual for, levaria muito tempo para definir sua política de comércio exterior e por conseqüência sua posição quanto à Rodada Doha, o que poderia estender o impasse, possivelmente, por mais dois anos pelo menos.

Há posicionamentos, inclusive, a favor de um processo horizontal que envolva somente NAMA e agricultura para depois eventualmente incluir os acordos sobre os demais temas. Nos comentários de bastidores, o governo brasileiro tem sido considerado um dos incentivadores do processo horizontal rápido. É conhecida a preocupação do governo em preservar o espaço multi-

lateral de negociações comerciais e o esforço que fez para manter as negociações em andamento, mesmo nos momentos de maiores dificuldades.

Além disso, é grande a pressão interna do setor de agronegócio pela aceitação de um acordo. Mesmo assim, não está claro se o governo brasileiro está disposto a aceitar um acordo nos termos atuais. Claro que toda negociação possui suas técnicas e a melhor proposta somente surge no final, mas pelos comportamentos e manifestações dos atores ao longo destes quase sete anos e pelas poucas alterações nos textos dos presidentes dos grupos negociadores, qualquer acordo neste momento seria rebaixado em termos de conteúdo.

A perspectiva de uma “rodada do desenvolvimento” deixou de existir com os vários equívocos mencionados e, apesar da importante iniciativa de criação do G-20 e do NAMA-11, os tradicionais acordos ditados pelos países industrializados conforme seus interesses parecem estar de volta. O esforço do governo brasileiro até aqui para alcançar um acordo equilibrado poderá ter sido em vão.

O divisor de águas sobre a conclusão ou não da Rodada está no acordo em NAMA: se os países em desenvolvimento mais uma vez cederão na abertura de seus mercados industriais ou se conseguirão manter a linha política estabelecida a partir de Cancun e da criação do G-20, em 2003. ☞

* Ex-Secretário de Relações Internacionais da CUT, autor do livro “Comércio Internacional e Desenvolvimento – do GATT à OMC: discurso e prática”, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005. A íntegra deste artigo pode ser lida no portal www.rebrip.org.br.

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br



O JE convidou dirigentes das principais Centrais Sindicais do país para expor, em suas páginas, as concepções que defendem a respeito do financiamento dessas entidades. A iniciativa partiu da constatação de que a cobertura sobre o tema realizada recentemente pela grande imprensa, a partir da aprovação do Projeto de Lei que legitimou a existências das entidades gerais do sindicalismo brasileiro, teve praticamente um único viés, em que não se abriu espaços para o debate mais amplo do tema, ouvindo os próprios dirigentes destas Centrais Sindicais. A mídia hegemônica colocou em xeque tanto as fontes públicas de financiamento quanto, principalmente, o veto do Presidente da República à emenda ao projeto que submetia as finanças das entidades à fiscalização do Tribunal de Contas da União. Até o fechamento desta edição, recebemos o artigo do presidente da CTB, Wagner Gomes, cuja íntegra é a que se segue.

Movimentos sociais

Quem financia e fiscaliza as Centrais Sindicais?

As centrais sindicais e o terrorismo midiático

■ Wagner Gomes*

A classe trabalhadora e as forças progressistas têm boas razões para enaltecer e comemorar a legalização das centrais. Trata-se de um acontecimento histórico banalizado e ridicularizado pela mídia capitalista que, tal como em 1964, combate com espírito golpista uma imaginária (e inexistente) república sindicalista. Critica a forma de financiamento do sindicalismo, ataca com rancor a liberdade e autonomia do movimento, difunde insinuações e acusações variadas, com ou sem fundamentos, para reclamar a intervenção inconstitucional do Tribunal de Contas da União (TCU) nas entidades.

A tudo isto se soma o canto de sireia para criminalizar as organizações sociais e reprimir as manifestações populares, que tem seduzido autoridades do Poder Judiciário, especialmente, do STF. A direita age de forma rasteira e mascarada, ocultando seus reais interesses à sombra de pretextos como o combate à corrupção e a defesa da moral e dos bons costumes.

Luta de classes

O movimento sindical não é obra de beatos ou de santos. Tem lá seus defeitos. Mas, o objetivo do terrorismo midiático não é corrigi-los. A hostilidade francamente reacionária reflete o temor de que a classe trabalhadora venha a exercer um protagonismo mais elevado e efetivo na luta política para definir os rumos da nação, em um sentido oposto ao do neoliberalismo.

O comportamento abjeto dos meios de comunicação, monopolizados por meia dúzia de famílias capi-

talistas (cabendo mencionar os Marinhos, Frias e Mesquitas), deve ser percebido no movimento sindical como aquilo que realmente é: uma expressão ideológica do conflito de classes entre capital e trabalho. O reconhecimento das centrais fortalece o movimento sindical e abre novas perspectivas para a luta da classe trabalhadora, o que não é do agrado dos capitalistas.

Divergências

Entre as correntes que atuam no sindicalismo nacional não prevalece um pensamento único sobre formas de financiamento e organização. As divergências são notórias. A CTB defende a Contribuição Sindical (compulsória) e a unicidade dos sindicatos, o que não é o caso, por exemplo, da CUT.

Entendemos que as divergências devem ser debatidas de forma franca e democrática, sem prepotência e intolerância. É possível e desejável harmonizar os pontos de vistas. Seja como for, as diferenças, que a direita neoliberal tenta explorar, não devem ser exageradas a ponto de estimular a divisão e inviabilizar a unidade das centrais na luta pela transformação social.

Novo Conclat


A CTB entende que a unidade, nas bases e na cúpula, é o caminho mais seguro para elevar o protagonismo da classe trabalhadora e do movimento sindical na luta política. É o que pode garantir o avanço do país no sentido das mudanças. A própria vida vai se encarregando de demonstrar isto. A união das centrais, que se reúnem regularmente num fórum próprio para definir ações conjuntas, já resultou na conquista de uma política de valorização permanente do salário mínimo,

alavancou a campanha pela redução da jornada sem redução de salários e fortalece a luta pela ratificação das convenções 158 e 151 da OIT.

Defendemos a consolidação e ampliação deste processo de unidade na ação. Neste sentido, ao lado de outras centrais (como a Força Sindical e a CGTB), propomos, para o próximo ano, a realização de uma nova Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), reunindo milhares de lideranças de todas as centrais sindicais com o objetivo de elaborar uma plataforma e criar uma coordenação única para dirigir as lutas conjuntas e influenciar de forma mais decisiva nos rumos políticos da nação.

Valorização do trabalho

A filosofia neoliberal advoga a depreciação do trabalho, em nome do desenvolvimento. E promoveu o desemprego em massa, a crescente precarização do mercado de trabalho e o arrocho dos salários, com a desnacionalização da economia. Comprometeu a soberania nacional e trouxe estagnação da renda per capita em vez de crescimento.

Diferentemente do neoliberalismo, as centrais sindicais, cujo papel é a defesa dos interesses políticos maiores da classe trabalhadora, já concebem a valorização do trabalho como fonte do desenvolvimento e devem transformar as bandeiras do trabalho, que fortalecem o mercado interno, em bandeiras do desenvolvimento. A luta por um novo projeto de desenvolvimento fundado no binômio “soberania e valorização do trabalho” é uma prioridade absoluta para a CTB. 

* Presidente do Sindicato dos Metroviários de SP e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB.

O descaso e as metas das LDO's para 2009

"A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual para 2009 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias" (Art.3º do projeto de LDO/2009).

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009 apresenta as metas físicas e fiscais que orientarão a elaboração da Lei Orçamentária Anual, do município do Rio de Janeiro. A análise aqui proposta concentrar-se-á nos anexos de metas fiscais. Para tal, foi realizado levantamento das mesmas a partir do ano de 2004, com dados corrigidos monetariamente para preços de fevereiro de 2008 e observada sua evolução. Posteriormente, nos debruçaremos no rol de metas e prioridades apresentadas e possíveis propostas de alteração do projeto encaminhado pelo atual chefe do Poder Executivo em seu último ano de mandato. Logo, cabe salientar que as ações discutidas no projeto em questão serão

executadas (ou não) pelo próximo mandatário primeiro.

Encontra-se entre as metas fiscais da LDO a estimativa e compensação de renúncia de receitas, que o município "deixa de arrecadar" devido à legislação pertinente dos tributos: Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI) e Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo (TCDL) – em benefício de atividades econômicas e/ou ações sociais variadas.

Certos benefícios se fazem presentes na LDO, a partir de 2004, e têm previsão de renúncia de receita até 2011, tais como:

- Projetos Culturais (Lei 1940/1992) em que fica instituído o benefício do apoio à realização de promoções culturais, a ser concedido às pessoas jurídicas do município, dedutíveis até o limite de 20% do pagamento de ISS. De 2004 a 2011 a previsão é que a prefeitura deixará de arrecadar R\$ 9,5 milhões de ISS para beneficiar esses projetos;
- Isenções Diversas (Lei 691/1984,

artigo 61) em que ficam instituídas isenções de IPTU, assim como da TCDL, às instituições de interesses e/ou objetivos diversos, reconhecidos em lei como de interesse histórico, cultural ou ecológico, ou ainda dos imóveis localizados em comunidades de baixa renda (interesse social).

Há ainda leis que buscam incentivar outras áreas, tais como educação e turismo. Esta última, através da redução de 40% do IPTU dos hotéis.

Encaramos os incentivos fiscais como instrumentos de política econômica ou da política social de um governo. Eles devem ser utilizados para estimular determinada atividade econômica ou reduzir a carga tributária das camadas da população menos favorecidas.

Assim sendo, a rede hoteleira somente deveria ser incentivada por ocasião de sua implantação devido à vocação turística natural da cidade do Rio de Janeiro e num contexto de interesse público. Ora, há mais de 20 anos que os hotéis recebem tratamento privilegiado em relação às suas obrigações tributárias. Cabe questionar o porquê de a sociedade continuar pagando por esse benefício fiscal para os donos de uma atividade econômica altamente lucrativa.

O total da renúncia de receitas fica, na média, é estimado em R\$ 210 milhões, de 2004 a 2011, nas 16 leis de isenções fiscais que abrangem o período. Montante correspondente, em média, a 2,13% da receita total e a 6,24% da receita tributária que o município deixa de gerir.

O total arrecadado das receitas correntes e de capital, bem como o total liquidado das suas despesas nos anos de 2004 a 2007, além das previsões (*) para 2008 e 2009, estão demonstrados no gráfico 1.

É importante notarmos que de 2006 para 2007 houve uma variação positiva de 11% das receitas correntes (R\$ 9,6 bilhões, em 2007). Este aumento foi alavancado pela alta de 15% das transferências correntes, explicada pelo retorno ao município da gestão plena do Sistema Único de Saúde, logo, com a volta das transferências diretas de recursos. Como já destacado em nosso artigo, na edição do *JE* de janeiro último.

Outro destaque se refere ao fato de que receitas correntes representam, em média, 97% do total das receitas (as de capital, 3%), com exceção ocorrida em 2006, quando as receitas de capital representaram 6% do total, alavancadas pelo aumento da alienação de bens, devido à venda da folha de pagamento da prefeitura a um banco privado. Entretanto, pudemos observar que tal acréscimo não foi acompanhado nas despesas de capital.

No âmbito das despesas temos, em média, 12% destas com despesa de capital. Dessa forma fica evidente que cerca de 9% das despesas de capitais (aqui incluídos os Investimentos e as Amortizações da Dívida) estão sendo financiadas por receitas correntes. Cabe ainda o destaque de que do total das despesas, em média, 10% ao ano são para o pagamento de dívida.

A Dívida Pública Consolidada (o montante total da dívida municipal por ano) também é demonstrada nas metas fiscais da LDO. A mesma representou 115% da

Gráfico 1



receita corrente líquida em 2004, caindo para 87%, em 2007, com a previsão de 2008 a 2011 situar-se na média de 79%, percentual obtido baseado na estimativa do peso da dívida na receita total, pois os quadros da LDO não apresentam dados de previsão da Receita Corrente Líquida. O limite de dívida previsto pela Resolução nº 40, do Senado Federal, de dezembro de 2001, conforme disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal, corresponde a 120% da Receita Corrente Líquida.

Município de Niterói

O escopo e os instrumentos para elaboração da LDO são os mesmos, independentemente do ente federativo. Desta forma, também foi realizada a análise das metas fiscais apresentadas no Orçamento de Niterói.

No âmbito das Receitas e Despesas, nota-se uma elevação de ambas, de 2005 a 2007, passando de R\$ 673 milhões, em 2005, para R\$ 824 milhões, em 2007, em valores liquidados. A previsão para 2008 é de despesas na ordem de R\$ 755 milhões, o que equivale a uma redução de 8,2%.

Dessa forma foi analisado o

histórico de previsão e arrecadação das receitas de Niterói, de 2003 a 2007, para melhor avaliação das estimativas de arrecadação e dispêndio realizado pelo município, conforme o gráfico 2.

Evidentemente, a estimativa da receita não é tarefa fácil, pois envolve o comportamento de diversos agentes econômicos. É quase impossível a receita estimada coincidir com a arrecadada. Entretanto, o gráfico acima nos revela uma conduta de subestimação do valor previsto de arrecadação. Em 2004 esta subestimação chega a 32%, ficando na média dos anos em 19%.

Tal prática é perigosa para a "saúde" das finanças públicas e pode estar relacionada ao uso indiscriminado dos remanejamentos de dotações, uma vez que os acompanhamentos nas edições do Diário Oficial do município mostram que, em sua maioria, os acréscimos de dotações aos Programas de Trabalhos são oriundos de recursos de "excesso de arrecadação".

Ou seja, ações governamentais podem estar sendo executadas com

recursos muito acima do previsto na peça orçamentária. Esse procedimento reduz a nitidez do uso do dinheiro público.

Outro ponto a ser analisado refere-se à Dívida Pública Consolidada que representa, em média (2005 a 2011), apenas 12% do montante total da receita corrente líquida do município. Vale lembrar que o percentual limite para a Dívida Consolidada Líquida não leva em conta as disparidades entre municípios, correspondendo a 120% da receita corrente líquida.

No caso da Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita não há informação, pois foi demonstrado apenas um incentivo fiscal, que não beneficia diretamente nenhum setor da sociedade. Trata-se da lei de incentivo ao pagamento de cota única do IPTU (com desconto de 10%), uma renúncia média estimada em R\$ 3 milhões (2006 a 2011). Fica evidente que faltam demonstrações dos outros incentivos, pois uma igreja ou teatro de Niterói não pagam IPTU (assim como no município vizinho). Porém, estes não constam na estimativa de renúncia de receita, o que contraria o artigo 14 da LRF, no qual todas as

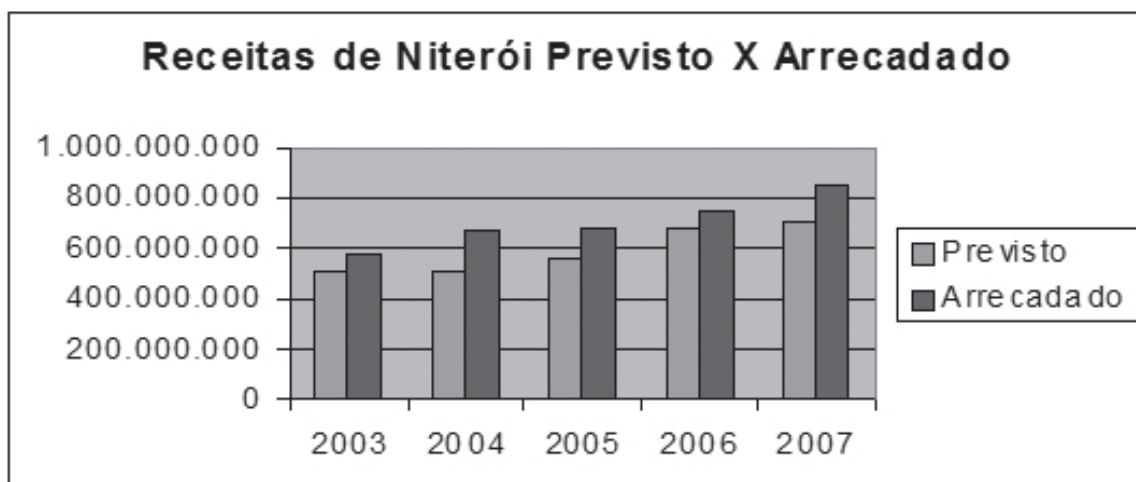
renúncias de receitas deverão estar descritas na LDO. Talvez aqui esteja outra razão para a subestimação da receita verificada nos exercícios de 2003 a 2007.

Urge a necessidade de maior rigor na elaboração do orçamento, não somente para cumprimento da determinação legal e, sim, para evidenciar que setores da sociedade estão sendo beneficiados pela legislação tributária. Somente a clareza das informações orçamentárias proporciona uma avaliação correta do desempenho governamental, do contrário, o posicionamento fica subordinado aos interesses partidários e eleitores. A cidadania tem o direito de saber quem paga e quem não paga (e o porquê) pelas despesas da prefeitura. Estamos de olho!

Ausência do Estado do Rio de Janeiro

No Estado, o Projeto da LDO foi publicado no dia 16 de abril. Entretanto, somente o texto da lei pode ser apreciado pela população, pois os anexos foram publicados quase um mês depois, em 8 de maio (no fechamento desta edição). Cabe destacar que os anexos contêm as Metas e Prioridades para o ano de 2009. Esse retardamento não está previsto na Constituição Federal, nem na Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal atraso encurta prazos, já exíguos, para uma análise adequada, necessária e urgente sobre as prioridades governamentais e a capacidade econômico-financeira de realizá-las. Após 15 meses de exercício de mandato, não há justificativa de dificuldade operacional para esse atraso ilegal.

Gráfico 2



As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores.

Coordenação: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, economistas Bruno Lopes e Luiz Mario Behnken.
Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Estudantes de Economia Camila Barbosa, Camila Ferreira e Fernanda Stiebler.

Colaborador: Thiago Marques, assessor do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL)
Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.fporj.blogspot.com.br e www.corecon-rj.org.br"

Corecon-RJ move ação contra concurso da ANP



■ O Conselho Regional de Economia da 1ª Região – Rio de Janeiro recorreu à Justiça contra o concurso para quadros da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que não permite aos economistas com especialização na área de meio ambiente disputarem os cargos oferecidos como o de “Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural – Especialidade Meio Ambiente”.

Devido ao relevante número de profissionais de economia que atualmente atuam neste segmento, da previsão existente em nossa legislação, que qualifica tal atividade como inerente aos economistas, e diante do silêncio da ANP à solicitação de retificação do edital do certame apresentada pelo Conselho, o Corecon-RJ foi impellido a recorrer à justiça.

Prêmio Opinião Profissional Inscrições vão até 27 de junho

Vão até o próximo dia 20 de junho as inscrições, via correio (Sedex), para o Prêmio Opinião Profissional 2008, cujo tema desta primeira edição é “Desenvolvimento econômico e meio ambiente”. Para as inscrições feitas diretamente na sede do Conselho, na Avenida Rio Branco, 109/19º, no Centro da cidade, o prazo é 27 de junho.

A premiação, que tem o apoio do Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED) e do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro,

objetiva incentivar a produção de textos por profissionais de economia com conteúdo crítico e que contribuam para a difusão e conscientização da opinião pública a respeito do tema desenvolvimento econômico e meio ambiente. Serão escolhidos dois trabalhos vencedores, que receberão as premiações de R\$ 5 mil e R\$ 3 mil, respectivamente.

Poderão concorrer artigos individuais ou coletivos, desde que os autores economistas sejam registrados e estejam em situação regular no Corecon-RJ. Os artigos individuais serão necessariamente de autoria de economistas e os coletivos poderão ter, entre os autores, profissionais de outras áreas, desde que um deles seja economista e esteja registrado, regularmente, no Conselho. Cada candidato poderá concorrer com até dois artigos, desde que relacionados ao tema.

Outras informações bem como o regulamento completo do Prêmio Opinião Profissional estão disponíveis no portal dos economistas, em www.economistas.org.br.



Agenda de cursos

MATEMÁTICA ESTRATÉGICA (Turma 1 - de 13 de maio a 9 de dezembro - às terças-feiras - 18h45 às 21h30; Turma 2 - do dia 17 de maio a 13 de dezembro - aos sábados - 9h30 às 12h Curso de 93 horas-aula)

CURSO ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL (de 9 a 12 de julho de 2008 - quarta, quinta e sexta-feira - das 18h30 às 21h45 e sábado de 10h as 15h15 (com uma hora de almoço) 15 horas-aula)

MICROECONOMIA: MONOPÓLIOS, OLIGOPÓLIOS, CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA E CARTEL (De 14 de julho a 17 de novembro de 2008. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Macroeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula)

MACROECONOMIA: INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E MACROECONOMIA ABERTA (De 4 de agosto a 24 de novembro de 2008. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Microeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula)

TEORIA DOS JOGOS (13 de agosto a 1º de outubro de 2008 - às quartas-feiras - das 18h45 às 21h30 - Curso de 24 horas-aula)

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS (Período 16 de julho a 6 de agosto, às quartas, quintas e sextas-feiras, de 18h45 às 21h30 - Horas-aula: 30 horas)